

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.331 - MG (2020/0022316-1)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : SAMUEL DE SOUZA LAURENTINO**  
**ADVOGADOS : MARCIO DA LUZ GUILHERME - MG144704**  
**DOUGLAS BATISTA DA CONCEICAO - MG148081**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **SAMUEL DE SOUZA LAURENTINO** contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

Nas razões recursais, alega a defesa a violação dos arts. 65, III, "d", 155, e 157, § 2º, II, todos do Código Penal.

Pretende, em síntese, a desclassificação do delito de roubo para furto; subsidiariamente, o afastamento da majorante do concurso de pessoas; e, quanto à segunda fase da dosimetria, o reconhecimento da confissão espontânea, para fixar a pena em patamar inferior ao mínimo legal, ao argumento de inconstitucionalidade da Súmula 231 do STJ.

Requer, assim, o provimento do recurso, para que seja reformado o acórdão.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 326-329).

O recurso foi inadmitido em razão da aplicação dos óbices das Súmulas 7 e 231 do STJ (e-STJ, fls. 331-336). Daí este agravo (e-STJ, fls. 340-346).

O Ministério Público Federal opina pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 367-368).

**É o relatório.**

Decido.

No caso, o recorrente, nas razões do agravo (e-STJ, fls. 340-346), impugnou o óbice da Súmula 7/STJ, quanto às teses de desclassificação do crime de roubo e afastamento da majorante do concurso de pessoas, e afirmou, genericamente, que, "com relação aos demais pressupostos objetivos de admissibilidade, é possível verificar que o presente recurso especial vem a ser interposto na forma legal" (e-STJ, fl. 345).

Todavia, olvidou-se de impugnar, de forma específica, a não admissão do recurso especial no que tange à Súmula 231 do STJ, utilizada pelo Tribunal de origem como fundamento de sua inadmissão, em relação ao reconhecimento da confissão espontânea (e-STJ, fls. 334-335).

Assim, a parte interessada deixou de refutar adequadamente a inadmissão do recurso especial, o que atrai o impeditivo da Súmula 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EDcl nos EAREsp 402.929/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/8/2014.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Anote-se, ainda, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 932, reafirmou a orientação do STJ, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Tem-se que "a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada" (AgInt no REsp 1.600.403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016).

Ademais, em recente julgamento do EAREsp 746.775, datado de 19-9-2018 e publicado em 30-11-2018, a Corte Especial do STJ manteve o entendimento da necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de incidência da Súmula 182/STJ.

Em face do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator